

## CONTRA O EMPOBRECIMENTO E A COLONIZAÇÃO DO PAÍS! MUDAR DE POLÍTICA E DE GOVERNO Posição da CGTP-IN, 18.3.13

O Governo divulgou ao país os resultados da 7ª avaliação da troica. O que de mais substancial resultou da sua comunicação é a crónica de um desastre anunciado e esperado:

- **O agravamento e eternização da política de austeridade:** agravada porque soma às medidas adoptadas desde 2010, as decorrentes do Orçamento do Estado para 2013 e as medidas adicionais de austeridade no âmbito da chamada “reforma do Estado” (com um corte de 4 mil milhões de euros (MM€) entre 2013 e 2015); eternizada porque a dívida pública continuará a subir, tendo o Governo deixado claro que a austeridade vai prosseguir depois dos programas da troica, com a aplicação das regras “draconianas” do Tratado Orçamental;
- **O aprofundamento da recessão económica,** que terá uma expressão ainda maior do que até há pouco era admitido, não havendo quaisquer medidas que permitam que a economia cresça; pelo que continuará a destruição de postos de trabalho e o conseqüente aumento do desemprego; aliás, a destruição da economia é uma opção para justificar o ataque á democracia social, económica, cultural e à própria democracia política;
- **A generalização do desemprego** que vai alcançar, na previsão do Governo, 19% no final deste ano, situação que se agravará com a facilitação dos despedimentos e a redução das indemnizações, que assume uma dimensão drástica com a diminuição drástica da protecção social no desemprego;
- **A opção pela redução da despesa social** num quadro em que os nossos sistemas sociais, apesar dos avanços que tiveram, continuarem a ser insuficientes e a sofrer cortes muito graves, para manter e até aumentar escandalosamente a parte da riqueza que é apropriada pelo grande capital.

O caminho do empobrecimento acelerado, da regressão e do declínio a que o país e as famílias estão a ser sujeitos pela política do Governo PSD-CDS pode e tem de ser travado.

O presente e o futuro exigem **uma opção pela defesa dos interesses do país, de quem vive e trabalha em Portugal.** Para tal é indispensável uma mudança de política e de Governo. É preciso dar a palavra ao povo para que se pronuncie sobre o rumo e o destino do país.

Para a CGTP-IN é premente uma política alternativa, orientada para o investimento no sistema produtivo, a defesa e aprofundamento das funções sociais do Estado e dos serviços públicos e a criação de emprego de qualidade, no quadro e como definido na CRP.

### 1. POLÍTICA DE AUSTERIDADE AGRAVADA E ETERNIZADA

A política de austeridade vai ser agravada e eternizada. A austeridade resulta das medidas adoptadas com maior intensidade a partir de 2010, do Orçamento do Estado para 2013 e das medidas adicionais no âmbito da chamada “reforma do Estado”, com um corte de 4 mil milhões de euros (MM€) entre 2013 e 2015, dos quais 500 M€ serão já impostos este ano.

O Governo não especificou que medidas vão ser propostas, tendo remetido a sua divulgação para as próximas semanas e para o Documento de Estratégia Orçamental. Conhece-se, no entanto, a intenção de avançar com um despedimento colectivo, sob a capa de rescisões por “mútuo acordo” na Administração Pública como se conhecem as propostas divulgadas em documento do FMI no início do ano, o qual representa uma ingerência estrangeira e num ataque sistemático a alicerces da Democracia a que as funções sociais do Estado dão corpo.

A troica acordou mais um ano para proceder a estes cortes, o que não deixa de ser sintomático. Mostra que não há qualquer intenção de aliviar os sacrifícios que vêm sendo impostos à maioria da população e dos trabalhadores. E demonstra que a troica não retira qualquer conclusão do facto das políticas de austeridade não funcionarem (a dívida pública não diminuiu desde 2010 antes aumentou mais de 30 pontos percentuais).

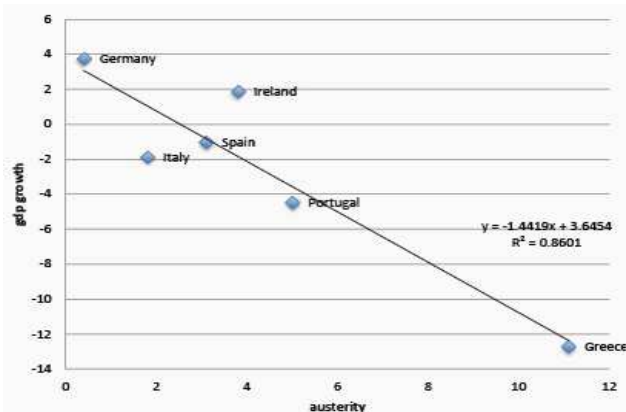
A CGTP-IN denuncia que aquilo que está em marcha é uma ofensiva de longo prazo que, a não ser travada, representaria o retrocesso social e civilizacional, uma reconfiguração do Estado e a hipoteca do futuro do país. O uso de expressões por membros do Governo como “durante décadas” e de “uma geração” é clarificador da intenção de prosseguir a política de austeridade para além do horizonte dos programas da troika (Junho de 2014).

De facto temos que, nos anos imediatos, a austeridade nos continuará a esmagar. O défice público foi de 6,6% em 2012 muito acima do fixado, sendo de referir que o Eurostat não aceitou que as receitas da privatização da ANA servissem para a redução do défice público. O país perdeu não só uma empresa estratégica, a favor de uma multinacional francesa, como não reduziu o défice e perdeu importantes receitas dos próximos 50 anos.

Quanto aos valores do défice acordados com a troika, estes são de 5,5% em 2013, de 4% em 2014 e de 2,5% em 2015. O que significa que a política de austeridade não abranda em nenhum destes anos: 1,1 pontos percentuais (pp) em 2013, 1,5 em 2014 e 1,5 pp em 2015. Por outro lado, na 6ª avaliação o FMI admite que a dívida pública não se reduz a menos de 100% do PIB antes de 2020.

Com esta política, o Governo quer condenar o país à recessão, à destruição de emprego e ao aumento do desemprego. A experiência mostra que os países onde se procedeu a maiores cortes orçamentais são também aqueles onde os efeitos recessivos são mais intensos. Uma associação que o próprio FMI admite sem que, no entanto altere a sua política.

### Austeridade e crescimento do PIB em 2011 e 2012



Fonte: P. de Grouwe e Yuemei Ji, Panic-driven austerity in the Eurozone and its implications, Fev. 2013

O Governo apresenta como principal resultado da sua política de austeridade a redução do défice primário estrutural em 6%, pressupondo que os credores consideram esta redução essencial para decidir sobre a concessão de novas "fatias" do empréstimo ao país. Existe, porém, uma correlação clara entre este indicador e o afundamento da economia. Ou seja, esta redução tem contrapartida numa destruição do tecido económico e social do país. Apontar este "êxito" apenas demonstra um Governo desligado da realidade e credores externos, representados na troika, ávidos pela rapina do país, porque não pode haver políticas públicas sãs com uma economia destruída.

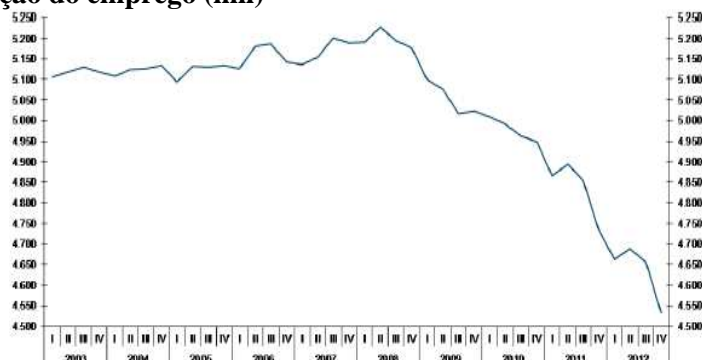
## 2. RECESSÃO ECONÓMICA AGRAVADA

Perante o reconhecimento implícito, dois meses e meio após a entrada em vigor do OE, de que as políticas actuais estão completamente erradas, o Governo deveria tornar transparentes as implicações que daqui resultam, particularmente em termos orçamentais e no emprego.

Do ponto de vista orçamental, o OE2013 foi construído na base de uma previsão de recessão de 1%, que é menos de metade do valor que agora se admite. Esta alteração tem impacto em todas as previsões efectuadas, particularmente quanto às receitas do Estado (impostos e contribuições sociais).

Do ponto de vista de emprego, o Governo não esclareceu todas as implicações, embora tenha corrigido mais uma vez as previsões relativas à taxa de desemprego. Mas tão importante quanto o desemprego é a destruição de postos de trabalho (-4,3% o ano passado). Ora o Orçamento de Estado já prevê uma diminuição do emprego de 1,7% em 2013, valor que não está ajustado ao quadro deste cenário macroeconómico apresentado pelo Governo. A CGTP-IN salienta que o ritmo de destruição do emprego, que já remonta à crise económica internacional de 2008-2009 (ver gráfico), constitui uma verdadeira tragédia nacional.

**Evolução do emprego (mil)**



Fonte: GEE com base em dados do INE

Quanto ao crescimento, a posição do Governo é a de usar a crise como pretexto para dirigir todos os apoios para as empresas, sejam ou não legítimos ou justificados. O principal álibi é sempre a competitividade, a qual prima sobre tudo. Tem sido assim com as sucessivas alterações da legislação de trabalho, com a panóplia de incentivos, subvenções, apoios, isenções, etc., sem nunca cuidar de saber a eficácia real das medidas sustentadas com o investimento de dinheiros dos contribuintes. É isto que se passa com a política fiscal que se quer colocar mais ao serviço das empresas. Assim, o Governo anuncia, para além de um crédito fiscal ao investimento, a vigorar já em 2013, uma reforma profunda do IRC.

A CGTP-IN alerta para o risco de a resolução de problemas de facto existentes (como uma base de tributação reduzida, a existência de benefícios fiscais injustificados e o escândalo da fuga ao IRC com a transferência de sedes fiscais para o estrangeiro) servir de pretexto para reduzir a taxa de imposto paga por todas as empresas (ou para criar novos benefícios fiscais) tornando o sistema fiscal mais desequilibrado e injusto, quando importaria não só corrigir os problemas de fundo existentes como exigir que algumas empresas tenham uma tributação acrescida. Se tomarmos como exemplo o ano fiscal de 2010 (o último com dados desagregados disponível) verificamos que o lucro líquido de um grupo económico (a Portugal Telecom) foi superior ao total encaixado pelo Estado em IRC, ao mesmo tempo que, caso a proposta da CGTP-IN de tributar a 33,33% as grandes empresas fosse implementada, 21 empresas teriam pago mais (4,5 mil milhões de euros) que a totalidade das receitas encaixadas em IRC pelo Estado (4,1 mil milhões de euros).

Por outro lado, o Governo persiste em ignorar a procura interna, apesar de ser a razão determinante da crise actual e apesar desta ter demonstrado (em Portugal como na Grécia) a vulnerabilidade da economia face à quebra do consumo privado tornando ainda mais evidente que a dinamização do mercado interno crescer de importância num contexto de recessão na eurozona que, entre outras consequências, se traduz no abrandamento das exportações.

A recessão tem origem na procura. Os inquéritos de conjuntura às empresas são claros. Estas estatísticas mostram que o principal obstáculo à produção ou à actividade que as empresas indicam reside na insuficiência da procura, há uma deterioração clara em 2011 e em 2012 em resultado da política de austeridade.

**Obstáculos à actividade ou à produção**  
**Peso da insuficiência da procura (%)**

|                      | Indústrias transformadoras | Construção e obras públicas | Serviços |
|----------------------|----------------------------|-----------------------------|----------|
| 4º trimestre de 2010 | 68,2                       | 84,2                        | 58,2     |
| 4º trimestre de 2012 | 76,1                       | 85,8                        | 68,2     |

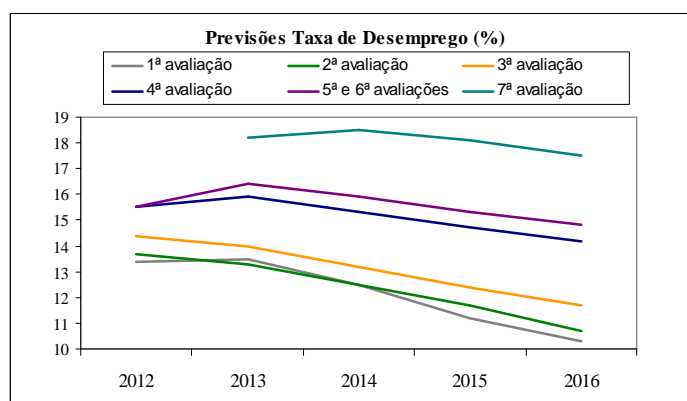
Fonte: INE; na construção e obras públicas os dados referem-se a Novembro de 2010 e de 2012

O financiamento da economia, sem deixar de ser essencial, deve ser relativizado. O principal factor limitativo do investimento para 2013, indicado pelas empresas, é a deterioração das perspectivas de vendas (63%) seguido pela rentabilidade dos investimentos (12%) vindo só depois a dificuldade em obter crédito bancário (8,9%), segundo o INE. A questão de fundo é esta: se o poder de compra continuar a ser diminuído e as pessoas não tiverem confiança no futuro, o consumo continuará a cair e as empresas a não investir, tenham ou não facilidade de acesso ao crédito. Recorde-se que o Ministro das Finanças anunciou uma nova queda do investimento de 7,6% depois de este ter baixado de 13% em cada um dos dois últimos anos.

### 3. NÍVEL *RECORD* DE DESEMPREGO AO MESMO TEMPO QUE SE FACILITAM OS DESPEDIMENTOS

Fruto da política de austeridade, o desemprego continuará a subir, tendo o Ministro das Finanças avançado com uma taxa de desemprego de 19% para o final deste ano. Depois, disse, o desemprego começará a baixar. Mas que credibilidade tem esta previsão quando as políticas que desencadearam o desemprego se vão manter e agravar? Seria simplesmente, esperar que as mesmas causas produzissem agora resultados diferentes.

Desde o início dos programas da troica tivemos sempre o mesmo tipo de promessa: no curto prazo as coisas pioravam mas depois vira a melhoria. Basta olharmos para as previsões feitas no quadro das sucessivas avaliações da troica: de acordo com a 1ª avaliação, a taxa de desemprego seria este ano de 13,5% e caminharia para os 10% em 2016!



Fonte: FMI

Segundo estimativas da CGTP-IN, feita com base em dados oficiais e trimestralmente divulgados pelo INE, se considerarmos os desempregados, as pessoas inactivas disponíveis para trabalhar e o subemprego, no final do ano termos cerca de 27 a 28% da população sem emprego.

Por outro lado, está em marcha um massivo despedimento colectivo na Administração Pública, um projecto para baixar mais as indemnizações de despedimento e reduzir a protecção social no desemprego. Acaso são governos diferentes os que se afirmam sensibilizados com o flagelo do desemprego e os que o facilitam diminuindo tais indemnizações e fazendo cair a prestação de desemprego de 10% após os 6 primeiros meses de desemprego e de mais 6% com o OE2013? Não foi este Governo que reduziu o período de atribuição das prestações do desemprego ameaçando deixar sem recursos os desempregados de longa duração (56% no 4º trimestre de 2012)?

Os trabalhadores tinham, antes dos programas da troica, indemnizações por despedimento, calculadas na base de 30 dias de salário por ano de antiguidade. Com as alterações decorrentes destes programas e consagrados no Acordo Competitividade e Emprego e depois no Código de Trabalho, houve uma redução dos 30 para os 20 dias por ano de trabalho, ou seja uma perda em média de 62%. O que temos agora é de facto uma nova descida das indemnizações para 18 dias por ano de trabalho nos três primeiros anos e 12 dias nos seguintes, nos contratos a prazo e para 12 dias por ano para os restantes contratos, até perfazerem 12 salários por ano de antiguidade.

| Anos  | Código Trabalho 2009 |       | Contratos permanentes: 12 dias |        | Perda em relação aos 30 dias/ano de trabalho | contratos a prazo: 18 dias nos primeiros 3 anos e 12 dias nos restantes |        | Perda em relação aos 30 dias/ano de trabalho |
|-------|----------------------|-------|--------------------------------|--------|--|---|--------|--|
|       | Nº dias              | €     | Nº dias                        | €      | %  | Nº dias   | €      | %  |
| 1A    | 90                   | 4032  | 12                             | 388,8  | -90%   | 18  | 583,2  | -86%   |
| 2A    | 90                   | 4032  | 24                             | 777,6  | -81%   | 36  | 1166,4 | -71%   |
| 3A    | 90                   | 4032  | 36                             | 1166,4 | -71%   | 54  | 1749,6 | -57%   |
| 5A    | 150                  | 6720  | 60                             | 1944   | -71%   | 78  | 2527,2 | -62%   |
| 10A   | 300                  | 13440 | 120                            | 3888   | -71%   |   |        |  |
| 20A   | 600                  | 26880 | 240                            | 7776   | -71%   |   |        |  |
| 30A   | 900                  | 40320 | 360                            | 11658  | -71%   |   |        |  |
| Média |                      |       |                                |        | -75%   |   |        | -69%   |

Fonte: CGTP-IN, a partir de um salário base de 971,50€.

Pretende-se facilitar ainda mais os despedimentos num país onde os motivos económicos já facilitavam os despedimentos sendo Portugal um dos países onde existe um dos regimes mais permissivos quanto aos despedimentos colectivos. Esta medida - para além de prejudicar economicamente os trabalhadores, que perdem os seus postos de trabalho e vêem as indemnizações reduzidas - é objectivamente incentivadora de despedimentos, mesmo quando as empresas podem recorrer a medidas alternativas, como a recolocação dos trabalhadores ou a reconversão e reclassificação profissional. É elucidativa a experiência de Espanha, onde se argumentou que uma legislação menos protectora, compreendendo a redução destas indemnizações, conduziria à criação de empregos – o que de facto aconteceu foi a manutenção duma taxa de desemprego alta (hoje a 2ª mais elevada da UE).

#### 4. INSISTE-SE NA REDUÇÃO DA DESPESA SOCIAL APESAR DE OS SISTEMAS SOCIAIS ESTAREM NO LIMAR DA RUPTURA.

O corte da despesa social em mais 4 MM€ corresponde a um acréscimo de austeridade, do qual 500 milhões serão efectivados este ano, estando subentendido que a sua concretização será pela via da diminuição de pessoal na Administração Pública.

O Governo voltou a recorrer à argumentação demagógica de que os portugueses têm de decidir sobre o que estão dispostos a pagar pelo Estado social que temos. A verdade é que o aumento dos impostos que recai sobre os cidadãos se está a fazer com a diminuição das funções sociais asseguradas pelo Estado.

Subentende-se que há Estado a mais para a economia que se tem. No entanto, a despesa do Estado com a protecção social e com a saúde era em 2009 (isto é, antes da política de austeridade) claramente inferior à média da UE.

##### Despesa de protecção social (2009)

|                | Portugal | Eurozona | UE   |
|----------------|----------|----------|------|
| % do PIB       | 26,9     | 29,0     | 28,4 |
| PPS por pessoa | 5086     | 7695     | 6935 |

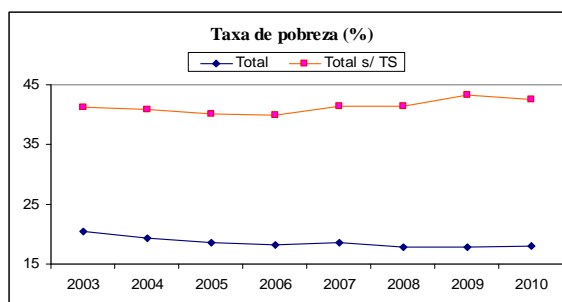
Fonte: Eurostat

Esta divergência verifica-se mesmo quando a despesa é dividida pelo valor do PIB, apesar do baixo crescimento económico verificado ao longo da década passada, o que faz subir o indicador. Mas é muito maior quando é expressa em termos de prestação por pessoa corrigida pelas diferenças de preços nos vários países (através das paridades de poder de compra, PPS): a despesa em Portugal é somente 66% da verificada na média da zona euro.

É este nível de despesa social, já de si baixo e abaixo da média da U.E. e da eurozona, que se pretende por em causa.

O argumento genérico de que temos de decidir o que queremos pagar subentende que se trata de impostos, quando as despesas sociais são financiadas não só por impostos mas também por contribuições sociais. Se a saúde é financiada por impostos já o mesmo não acontece com a segurança social que tem como fonte principal de receitas contribuições pagas pelos trabalhadores e pelos empregadores, não se tratando, em rigor, de "despesa do Estado". A parte que na segurança social é financiada por impostos corresponde ao sistema de Protecção Social de Cidadania, em que um dos objectivos principais é o combate à pobreza e à exclusão social.

Mais cortes num sistema social onde há já racionamento na saúde, um défice provocado pela recessão na segurança social, desinvestimento na educação e onde a maioria dos desempregados não têm subsídio de desemprego, empobrecerão mais o país e terão um impacto explosivo no crescimento das desigualdades. Um problema particularmente mais grave sabendo-se que as desigualdades têm como causa essencial o sistema económico: sem as transferências sociais o nível de pobreza seria da ordem dos 43% (4,5 milhões de pessoas).



Fonte: INE

## 5. UMA MUDANÇA DE RUMO NECESSÁRIA

O país está em situação de calamidade. É preciso romper com o Memorando da troica e a política de direita. A culpa não pode morrer solteira. É necessário retirar consequências da situação em que o Governo PSD-CDS colocou o país. Este Governo não só não tem credibilidade, como não tem legitimidade política, ética e moral para continuar em funções.

Neste sentido, mais do que constatar, é preciso que o Presidente da República aja em tempo útil para defender os interesses nacionais. Chegou a altura do povo se pronunciar através de eleições antecipadas sobre o que preconiza para o presente e futuro do país.

### Existem alternativas! A CGTP-IN considera como mais urgente:

- **A renegociação da dívida** que permita a discussão dos montantes e a redução dos juros, cujo peso é insuportável, reclamando a CGTP-IN que as condições de financiamento atribuídas pelo Banco Central Europeu ao sector financeiro sejam aplicáveis aos Estados-membros;
- **Medidas de crescimento e de desenvolvimento económico e social**, sendo urgente a dinamização da procura interna (o que, nomeadamente, exige o crescimento dos salários, incluindo do salário mínimo, das pensões e das prestações sociais não contributivas) e o aumento do investimento público de qualidade, factores que, por sua vez, terão um efeito propulsor do investimento privado;
- **Manutenção e reforço das políticas sociais e das funções sociais do Estado** necessárias para a protecção social, para a coesão da sociedade, para a redução das desigualdades sociais, para responder aos problemas associados ao envelhecimento da população, e para o próprio desenvolvimento económico;
- **O desenvolvimento da produção nacional**, condição fundamental para a criação de emprego e o desenvolvimento económico e social do país;
- **Medidas de excepção no quadro das políticas europeias**, de modo a que o país não seja penalizado pela aplicação das medidas necessárias para sair da crise em resultado das normas de governação económica vigentes na UE.